

Da roça para a cidade e da cidade para a comunidade: circulação de mulheres indígenas para vender e comprar na tríplice fronteira

From the farm to the city and from the city to the community:
circulation of indigenous women for buying and selling in the triple border
region

Del campo a la ciudad y de la ciudad a la comunidad: circulación de
mujeres indígenas para comprar y vender en la triple frontera

Marilene Aicate Peres¹

Resumo: A circulação e a mobilidade de pessoas na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia configuram-se como práticas recorrentes e intensas. Esses deslocamentos ocorrem por múltiplos motivos, sendo a comercialização de produtos alimentícios, agrícolas e industrializados, um dos principais. Tal dinâmica é realizada cotidianamente por diferentes agentes sociais – homens e mulheres indígenas e não indígenas, residentes tanto nas sedes municipais quanto em comunidades indígenas e ribeirinhas. Nesse sentido, este trabalho propõe analisar, sob uma perspectiva etnográfica, as interseções entre gênero, dinheiro e comércio na realidade local. O objetivo é descrever, a partir da experiência das mulheres indígenas Kokama, o processo de comercialização de produtos, sobretudo alimentícios, que circulam da roça para a cidade e da cidade para as comunidades. O campo da pesquisa situa-se no sudoeste do estado do Amazonas, na região do Alto Rio Solimões, onde o fluxo constante de pessoas entre os três países produz uma conjuntura transnacional, transfronteiriça e interétnica.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; dinheiro; comércio.

Abstract: The circulation and mobility of people in the Amazonian tri-border region between Brazil, Peru, and Colombia are recurrent and intense practices. These movements occur for multiple reasons, among which the commercialization of food products, both agricultural and industrialized, stands out. This dynamic is carried out daily by different social agents—men and women, Indigenous and non-Indigenous—residing both in municipal centers and in Indigenous and riverside communities. In this context, the present work aims to analyze, from an ethnographic perspective, the intersections between gender, money, and trade in the local reality. The objective is to describe, based on the experiences of Kokama Indigenous women, the process of commercializing products, especially foodstuffs, that circulate from the fields to the city and from the city to the communities. The research field is located in the southwest of the state of Amazonas, in the Alto Rio Solimões region, where the constant flow of people among the three countries produces a transnational, cross-border, and interethnic conjuncture.

Keywords: Indigenous women; money; trade.

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Integra aos projetos: Redes de Tecnologia da Financeirização (CNPQ), Gênero da Dívida: regimes de endividamento na Amazônia contemporânea em perspectiva comparada (CNPQ) e o Consolidação da pesquisa sobre tecnologias sociais e as populações e periferias da Amazônia Urbana (CAPES). Bolsista FAPEAM. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6175-7901>. E-mail: maryperes5@outlook.com

Resumen: La circulación y la movilidad de personas en la triple frontera amazónica entre Brasil, Perú y Colombia se configuran como prácticas recurrentes e intensas. Estos desplazamientos ocurren por múltiples motivos, siendo la comercialización de productos alimenticios, tanto agrícolas como industrializados, uno de los principales. Esta dinámica es realizada cotidianamente por diferentes agentes sociales —hombres y mujeres, indígenas y no indígenas—, residentes tanto en las sedes municipales como en comunidades indígenas y ribereñas. En este sentido, este trabajo propone analizar, desde una perspectiva etnográfica, las intersecciones entre género, dinero y comercio en la realidad local. El objetivo es describir, a partir de la experiencia de las mujeres indígenas Kokama, el proceso de comercialización de productos, sobre todo alimenticios, que circulan de la chacra a la ciudad y de la ciudad a las comunidades. El campo de investigación se sitúa en el suroeste del estado de Amazonas, en la región del Alto Río Solimões, donde el flujo constante de personas entre los tres países produce una coyuntura transnacional, transfronteriza e interétnica.

Palabras clave: Mujeres indígenas; dinero; comercio.

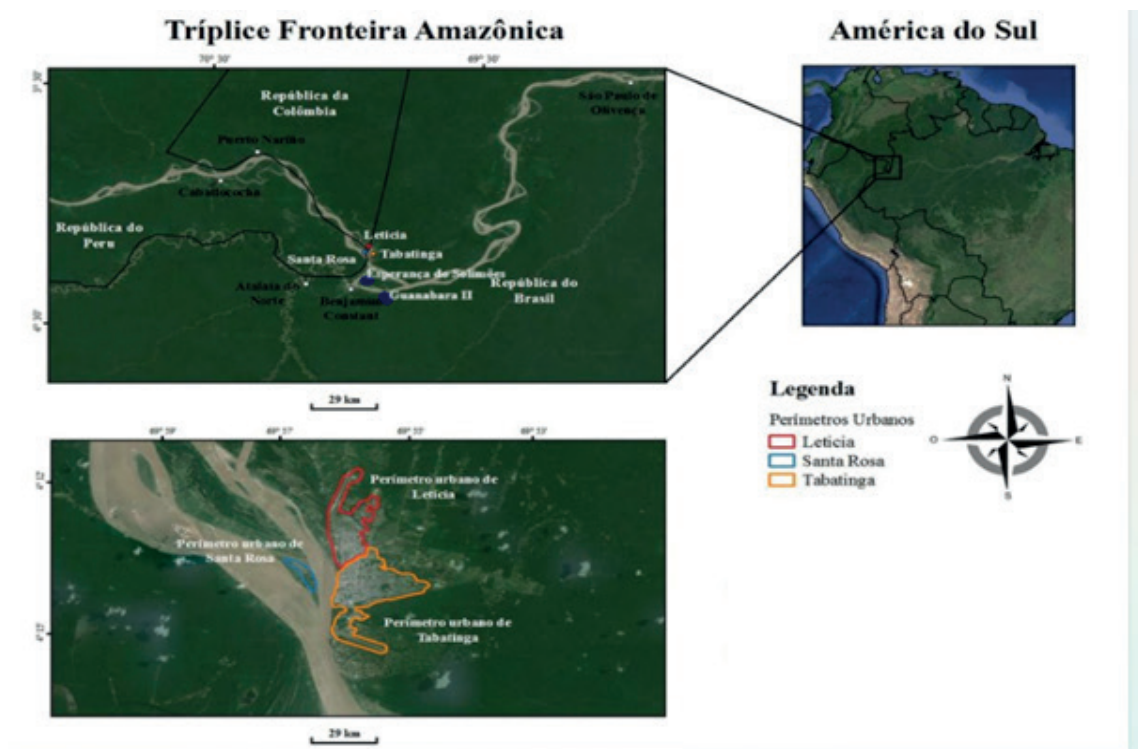
Introdução

A circulação e a mobilidade de pessoas, na região do Alto Solimões na tríplice fronteira, são intensas e recorrentes. Esses deslocamentos ocorrem por diferentes motivos, destacando-se, entre eles, a comercialização de produtos alimentícios, agrícolas e industrializados. Tal comércio é realizado diariamente por agentes provenientes dos três países, homens e mulheres, indígenas e não indígenas que residem tanto nas sedes municipais quanto em comunidades rurais e indígenas, constituindo um fluxo contínuo de circulação.

Este artigo propõe pensar sobre a participação das mulheres indígenas no contexto da comercialização, buscando compreender de que maneira elas, o comércio e o dinheiro se relacionam. Com o objetivo de situar o leitor em relação ao recorte geográfico desta investigação, apresento a área onde a pesquisa de campo foi e vem sendo desenvolvida. Trata-se da região da tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia, espaço marcado por intensas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Nesse território, as práticas cotidianas de circulação, mobilidade e comercialização constituem elementos centrais para a compreensão das relações sociais estabelecidas, especialmente no que se refere à atuação das mulheres deste trabalho. Assim,

a localização da pesquisa não é apenas um dado geográfico, mas parte essencial para entender os processos sociais que se desenrolam nesse contexto.

Figura 1. Recorte geográfico da pesquisa



Fonte: Butel-Ribeiro (2015). Adaptada por pela autora (2024).

A tríplice fronteira é composta por três cidades: na margem direita do rio Solimões/ Amazonas situam-se as chamadas cidades gêmeas, Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). Do outro lado do rio encontra-se a ilha de Santa Rosa, povoado dependente do distrito de Yavari (Peru). Considero importante descrever esta tríplice fronteira, pois é o espaço de vivência das mulheres foco desta pesquisa. Compreender a circulação dessas mulheres entre os três países permite analisar de forma mais aprofundada suas percepções sobre dinheiro e comércio nesse contexto. Além disso, é relevante incluir o município de Benjamin Constant e as comunidades a

ele vinculadas, onde também residem algumas das interlocutoras.

O lugar de pesquisa produz uma conjuntura de transnacionalidade, dinâmica transfronteiriça² e interações interétnicas, nas quais coexistem momentos de colaboração e de conflito. Olhar para este território permite apreender como ocorrem as interações entre os agentes locais, que compartilham o mesmo espaço e mantêm trocas sociais, culturais e econômicas intensas. Nesse sentido, a diversidade étnica e o fluxo de nacionais dos países que compõem a tríplice fronteira revelam uma rede complexa de relações, marcada por diferenças de nacionalidade, classe social, gênero e raça/cor/etnia.

Nesta tríplice fronteira habitam numerosos povos indígenas, distribuídos nos vales dos rios Javari e Solimões. A Terra Indígena (TI) Vale do Javari abriga cerca de 3.759 indígenas das etnias Matis, Matsés, Marubo, Kanamari, Korubo e Tsohom-Dyapa. Já as Terras Indígenas Évare I e II concentram aproximadamente 15.223 indígenas das etnias Tikuna e Kokama. Além desses grupos, registram-se na região a presença das etnias Kokama (Peru), Uitoto, Bora, Nonuya, Ocaina, Miraña, Andoke e Muinane (Colômbia).

A menção a esses grupos se justifica pela relevância de sua população, que representa possivelmente a maioria dos habitantes da região da fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. Esses povos vivem tanto nas sedes municipais quanto em comunidades, muitas das quais ainda mantêm contato limitado ou inexistente com outros grupos. Há sessenta e duas comunidades ribeirinhas pertencentes ao município, em sua maioria comunidades indígenas das etnias Kokama e Tikuna. Mas também há comunidades não indígenas. A região abriga ainda colombianos, peruanos e brasileiros não indígenas, compondo um panorama demográfico marcado pela diversidade étnica, cultural e social.

Benjamin Constant é um município brasileiro localizado na margem direita da microrregião

² Ver melhor compreensão da ideia de “transfronteiriço”, ver Olivar (2017).

do Alto Solimões, no interior do estado do Amazonas, fazendo divisa com o Peru. Segundo o IBGE (2022), possui população estimada em 37.648 habitantes, densidade demográfica de 4,32 habitantes por km² e área territorial de 8.793,417 km². A economia local é baseada na pesca, na agricultura, nos pequenos comércios e no funcionalismo público municipal, estadual e federal.

O município encontra-se a aproximadamente 1.118 quilômetros, em linha reta, da capital Manaus. O acesso a Benjamin Constant pode ser realizado por via fluvial ou aérea, sendo o transporte fluvial o mais utilizado pela população. Barcos provenientes de Manaus levam, em média, sete dias para chegar ao município, enquanto a lancha expressa realiza o percurso em cerca de 32 horas. Por via aérea, o trajeto de Manaus até Tabatinga, cidade vizinha, tem duração aproximada de uma hora e quarenta minutos.

Neste trabalho, abordo mulheres indígenas Kokama residentes na região, especificamente de duas comunidades pertencentes ao município de Benjamin Constant, Amazonas e uma da sede. Essas mulheres circulam pela tríplice fronteira tanto para comercializar produtos agrícolas quanto para adquirir mercadorias industrializadas, que posteriormente são revendidas em suas pequenas tabernas. Acompanhando brevemente essa circulação, busquei compreender como se articulam as relações entre mulheres indígenas, comércio e dinheiro no contexto transfronteiriço aqui analisado, sobretudo no processo de comercialização de produtos oriundos da comunidade para a cidade e da cidade para a comunidade.

As comunidades aqui mencionadas são a Comunidade de Guanabara II e Comunidade Esperança do Solimões, ambas pertencentes ao município de Benjamin Constant. Guanabara II, assim como a maioria das cidades e comunidades amazônicas localizadas às margens dos rios, apresenta características típicas dessa organização territorial. Foi nessa comunidade que nasci e permaneci até os meus dez anos de idade. Atualmente, o movimento migratório de membros da comunidade em direção à cidade, motivado principalmente pela busca de melhores oportunidades

educacionais, reduziu o número de habitantes; entretanto, isso não resultou na perda das tradições culturais locais. A comunidade de Guanabara II é composta por aproximadamente 70 famílias, totalizando cerca de 380 pessoas, e sua subsistência depende tanto da agricultura quanto da pesca, complementada em alguns casos pelo funcionalismo público municipal e também estadual.

A segunda comunidade, Esperança do Solimões, atualmente abriga 29 famílias, totalizando 97 habitantes. Foi fundada pelos moradores Marissela Laranha e Lucas Cavalcante em 16 de maio de 2000. Segundo Peres (2024), na ocasião da fundação, os moradores reuniram-se na residência de uma das moradoras mais antigas, a senhora Marissela, contando com a participação de um líder da comunidade vizinha, que auxiliou na organização da reunião e na discussão sobre a necessidade de formalizar a comunidade.

Localizada na margem esquerda do rio Solimões, em uma pequena ilha denominada Ilha do Aramaçá, Esperança do Solimões apresenta como principais atividades econômicas a agricultura familiar e a pesca. Apenas uma pequena parcela dos moradores possui emprego fixo junto à prefeitura municipal de Benjamin Constant, sendo a maior parte da população dedicada à subsistência por meio de atividades tradicionais.

Refletir sobre as mulheres indígenas no processo de comercialização a partir do meu lugar de fala, enquanto mulher indígena Kokama e moradora da fronteira, permite investigar as experiências e vivências das pessoas a partir do meu próprio pertencimento. Esse olhar possibilita compreender de que maneira gênero e dinheiro se articulam na Amazônia, revelando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais específicas que marcam a atuação das mulheres indígenas nesse contexto transfronteiriço.

Como suporte teórico trago a discussão sobre gênero desde uma perspectiva histórica acionando Scott (2009) juntamente com a discussão de uma perspectiva relacional de acordo com Bonetti (2004). Para além disso, convém situar brevemente como as relações de gênero vêm

sendo discutidas principalmente por meio das autoras indígenas Aurora (2019), Soares (2019), mas também de autoras não indígenas Lasmar (1999), Belaunde (2006), Ibarra e Souza (2017), para assim adentrar ao objetivo desta escrita, que é perceber como mulheres indígenas, dinheiro e comércio se relacionam. Para isso as autoras Zelizer (2003), Kreutzer (2004), Cavallero e Gago (2019) se fazem necessárias.

A etnografia em movimento

Em vista do movimento da pesquisa torna-se fundamental descrever os trajetos percorridos por essas mulheres no âmbito da comercialização, compreendendo tanto os espaços visitados quanto a venda aos clientes na cidade e comunidade. Essa abordagem permite compreender de que modo se organizam as trocas e a circulação de dinheiro.

Dito isto, adotei como método de pesquisa a etnografia em movimento, conforme Muller e Souza (2023), Medeiros, Telles e Allis (2018) e Jirón e Gómez (2018), tendo em vista que as mulheres com as quais trabalho estão em constante deslocamento e circulação. Diferentemente da etnografia clássica, que se desenvolveu predominantemente em comunidades geograficamente e espacialmente fixas, a etnografia em movimento busca acompanhar os sujeitos em múltiplas realidades, sejam estas familiares ou não. Nesse sentido, Muller e Souza (2023) afirmam que a abordagem em movimento permite compreender práticas sociais em contextos de deslocamento, capturando dinâmicas que seriam quase invisíveis em estudos restritos a espaços fixos.

Logo a etnografia em movimento busca atentar para todo fluxo e todo movimento que caracteriza nossos universos de pesquisa e seus sujeitos. Estes mesmos sujeitos que conformam suas rotinas e circunscrevem nossos objetos imprimindo neles as marcas do efêmero, do fluxo e do circunstancial, e que garantem às nossas investigações a inclusão da dinâmica que rege a própria vida social. Portanto, não se trata apenas de mover-se para compor uma etnografia, mas de não negligenciar nem omitir os movimentos existentes em todas as formas de etnografar (Müller e Sousa, 2023, p. 4,)

Neste estudo, descrevo as narrativas das mulheres sobre suas vivências, buscando compreender os circuitos percorridos, produtos comercializados e as relações sociais no decorrer da comercialização. Nesse sentido, o método adotado não se limita à aplicação das técnicas tradicionais da etnografia clássica, mas propõe colocá-las em movimento e deslocamento.

Cumprir destacar que a etnografia em movimento não se restringe ao deslocamento físico aliado às técnicas, mas envolve experiência e aprendizagem compartilhada, na qual a circulação se constitui como uma forma de reconstrução de sentidos. Como enfatizam Müller e Souza (2023, p. 11), “deslocar-se junto, direta ou indiretamente, cria referências sobre a cidade a partir dos sentidos, ao mesmo tempo em que reconstrói os sentidos do lugar por onde se caminha, por meio de imagens, palavras e memória”.

Com a mesma intenção, Medeiros, Telles e Allis (2018) introduzem a etnografia em movimento em seu estudo “Por uma teoria social on the move”, ao argumentarem que a mobilidade também se relaciona às “organizações de sistemas em diferentes escalas”, uma vez que permite acompanhar as interações e articulações sociais que se desdobram simultaneamente em múltiplos contextos e níveis.

[...] o movimento cumpre um papel constitutivo no funcionamento das instituições e práticas sociais, o que aqui chamamos de paradigma das mobilidades volta-se para a organização de sistemas que, em diferentes escalas, governam não apenas a mobilidade e a imobilidade de pessoas e coisas, imagens e mensagens, mas também fazem interagir redes infraestruturais e narrativas. Tais sistemas de mobilidade respondem a configurações culturais específicas e a regimes de poder que definem o que e quem pode – ou não – circular, quando e sob que condições de segurança e conforto. (Medeiros, Telles e Allis, 2018, p. 6)

Nesse sentido, Jirón e Gómez (2018), ao discutirem o artigo “Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago”, destacam as categorias de “cuidado”, no que se refere à esfera privada e pública, e “interdependência”, relacionada às assimetrias na distribuição e obrigação de cuidados nas práticas de mobilidade. As autoras ressaltam que a relação

entre mobilidade e gênero na cidade requer “sistemas que apoiem a mobilidade, especialmente para as mulheres. Em diferentes estágios ou ciclos de vida, o cuidado como tarefa está presente” (Jirón e Gómez, 2018, p. 67; tradução livre da autora).

Observa-se que o cuidado que as mulheres devem adotar durante as mobilidades é ampliado, pois a circulação feminina frequentemente demanda maior atenção. Isso ocorre porque, em determinados espaços, o corpo feminino se torna mais vulnerável. Por exemplo, quando as mulheres saem de suas comunidades para transitar em locais de comercialização, encontram ambientes menos familiares e confortáveis, ainda que necessários para a compra e venda de produtos. Nesse contexto, a escolha dos espaços de circulação não é aleatória: além de proporcionar segurança e tranquilidade, esses locais fazem sentido para elas, seja por apreciação pessoal, pelo conhecimento de outras pessoas que transitam pelo local, ou por serem espaços adequados para a comercialização.

Relações de gênero

Sabe-se que o campo de estudos das relações de gênero, especialmente no que se refere às mulheres indígenas na contemporaneidade, encontra-se em expansão, como demonstram os trabalhos de Ibarra e Souza (2016), Aurora (2019), Soares (2019), entre outras autoras indígenas e não indígenas. No entanto, a discussão acerca das intersecções entre gênero e dinheiro ainda carece de aprofundamento, sobretudo quando se trata das mulheres indígenas no contexto específico do Alto Rio Solimões/Amazonas. Nesse sentido, apresento neste trabalho os primeiros dados da pesquisa, com o intuito de contribuir para a produção acadêmica sobre mulheres indígenas, bem como para uma escrita construída a partir da perspectiva de uma mulher indígena.

Ao adentrar nas discussões sobre gênero que pautam este trabalho, torna-se necessário esclarecer que as mulheres aqui mencionadas são casadas e possuem filhos, o que poderia levar

a pensar a família como uma estrutura hegemônica. No entanto, Kreutzer (2004), em seu artigo ‘Uma mulher com dinheiro é perigosa’, argumenta que não é adequado conceber a família como um processo unicamente hegemônico, uma vez que há constantes negociações entre seus membros. Nesses processos, as dívidas e o dinheiro assumem significados distintos para cada agente da relação. O dinheiro da mulher, muitas vezes menos valorizado, é destinado aos gastos de todos os membros da família, sendo ainda assim reconhecido como uma contribuição significativa, mesmo quando constitui a principal fonte de renda familiar. Diante disso, este trabalho opta por centrar a análise nas mulheres, sem, entretanto, desconsiderar as relações familiares e sociais que influenciam suas práticas econômicas.

Nesse sentido, conceitos de gênero apresentam desafios para a análise de contextos específicos, como o das mulheres indígenas. Esta categoria, de origem ocidental, é considerada neste trabalho pois emergiram a partir do acompanhamento e das circulações com as mulheres, especialmente nas relações que estabelecem com seus parceiros, tendo em vista que muitas delas são casadas e possuem filhos. Paralelamente, a discussão será embasada em autoras indígenas e não indígenas que produzem estudos sobre e com mulheres indígenas, utilizando a categoria de gênero para compreender suas experiências em contextos particulares e localizados.

Segundo Scott (2009), gênero pode ser compreendido como uma categoria teórica das Ciências Humanas para analisar a “diferença sexual” entre homens e mulheres. A autora historiciza o conceito, mostrando que ele inicialmente era concebido como sinônimo dos estudos de mulheres, focados nas lutas por igualdade entre os sexos. Com o tempo, o conceito passou a ser pensado como uma relação social entre os sexos e, mais recentemente, passou a ser incorporado aos estudos da heteronormatividade, nos quais se discutem os papéis sexuais, diferenciando-os de práticas sexuais, orientações sexuais e identidades de gênero.

Nesse sentido, gênero constitui uma categoria de análise, funcionando como uma

ferramenta para compreender as relações sociais. Trata-se de uma construção social que não deve ser confundida com fatores biológicos, embora se baseie no sexo biológico. Scott (2009) argumenta que o gênero é uma realidade construída tanto pela sociedade quanto pelo indivíduo, ou seja, um constructo social atribuído a um corpo que possui sexo. Nesse mesmo sentido, Grossi (1998, p. 5) afirma que “gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”. Observa-se, assim, que gênero não é apenas uma construção individual, mas um fator atravessado por contextos sociais, históricos e culturais.

Ao aplicar essa categoria às mulheres indígenas, percebe-se que suas experiências de circulação e comercialização revelam como o gênero se manifesta na prática cotidiana. As mulheres desempenham múltiplas funções — agricultoras, comerciantes, pescadoras e organizam seus trabalhos e rendas de acordo com essas responsabilidades, evidenciando relações de poder, cooperação e cuidado socialmente construídas. Por exemplo, observa-se que as mulheres precisam conciliar atividades produtivas com o cuidado familiar, tomar decisões sobre a distribuição de recursos financeiros e escolher espaços de circulação que consideram seguros. Essas práticas demonstram que gênero não é apenas uma etiqueta teórica, mas um conjunto de relações dinâmicas que estruturam comportamentos, oportunidades e vulnerabilidades.

Dessa forma, ao descrever as experiências das mulheres indígenas sob a perspectiva de gênero, torna-se possível compreender como as relações sociais são mediadas por expectativas culturais, necessidades econômicas e estratégias de sobrevivência, oferecendo um panorama mais aprofundado das intersecções entre gênero, mobilidade e economia no contexto local.

Bonetti (2004) discute a lógica relacional baseada na reciprocidade conjugal, na qual o homem assume predominantemente as tarefas extra-domésticas, enquanto a mulher se dedica aos afazeres domésticos. Segundo a autora, essa lógica da reciprocidade permeia também as relações conjugais no contexto de grupos populares urbanos. Como afirma Bonetti (2004, p. 136):

“As relações de gênero aqui se estruturam a partir da lógica de complementariedade de papéis entre o feminino e o masculino, os quais possuem diferentes atribuições e obrigações dentro da relação familiar.” De maneira semelhante, as relações entre homens e mulheres em contextos etnicamente diferenciados costumam ser analisadas a partir dessa mesma lógica, na qual os papéis são socialmente distribuídos e historicamente construídos.

Para fins de esclarecimento, ressalto que, neste trabalho, a categoria gênero é abordada a partir da perspectiva relacional proposta por Bonetti (2004), considerando que o trabalho realizado pelas mulheres envolve, em muitas situações, a participação de homens, como esposos, filhos e netos. Contudo, a proposta central é produzir análises a partir da experiência das próprias mulheres, de modo que a reflexão sobre gênero será construída com base em suas falas, práticas e circulações cotidianas, permitindo compreender como essas relações se articulam no contexto específico da comercialização e do cuidado.

Estudos de gênero com mulheres indígenas

É relevante e necessário trazer discussões sobre gênero e a presença das mulheres indígenas para compreender como essas questões são analisadas no contexto amazônico. Nesse sentido, torna-se fundamental recorrer tanto a estudos de gênero realizados na Amazônia quanto a produções acadêmicas feitas com e por mulheres indígenas. Esses trabalhos possibilitam compreender de que forma as práticas sociais e econômicas desses grupos foram historicamente atravessadas pelas imposições coloniais, evidenciando como as mulheres foram penalizadas ou subordinadas por essas interferências.

Ao considerar o contexto amazônico, é possível reconhecer que as mulheres indígenas não são meramente agentes passivas no espaço doméstico ou na economia familiar, mas participantes ativas de processos de circulação econômica, trocas e negociações, muitas vezes articulando

estratégias de resistência e autonomia frente às limitações impostas pelo gênero, pela classe e pelo poder colonial e estatal. Assim, a inclusão das vozes femininas não apenas amplia a compreensão das dinâmicas econômicas e sociais, mas também desafia a narrativa tradicional que historicamente as retrata como subordinadas ou coitadas, destacando sua força, agência e protagonismo.

Hugh-Jones (2011) e Lasmar (2005, 1999) passam a pensar gênero e corpo no contexto etnológico, realizando recortes específicos para a realidade amazônica. Lasmar contribui para o debate ao analisar as representações das mulheres indígenas, enquanto Hugh-Jones destaca os processos temporais e espaciais, reforçando que gênero não deve ser concebido como uma categoria universal, mas sempre em diálogo com as especificidades do contexto em que é estudado.

Entre os textos produzidos por mulheres indígenas, destacam-se as obras de Aurora (2019) e Soares (2019), que se constituem como produções escritas de e com mulheres indígenas, nas quais o posicionamento autoral é explícito e central. Essas autoras situam claramente seus lugares de fala na escrita, promovendo reflexões que são ao mesmo tempo representativas e necessárias para compreender a experiência feminina indígena. Garantindo que a análise seja construída a partir das vozes e das perspectivas das próprias mulheres pesquisadas.

Dito isto, além das autoras indígenas, os textos de Riaño (2023) e Belaunde (2006) propõem como ideias centrais a reflexão sobre os corpos femininos e os cuidados necessários, especialmente em relação à primeira menstruação. Nesse sentido, as obras de Aurora (2019) e Riaño (2023) trazem descrições das consequências da colonização sobre os povos indígenas, evidenciando como a Igreja reprimiu práticas culturais e impôs conhecimentos não indígenas. Essa imposição teve um impacto direto nos corpos das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a doenças, uma vez que práticas tradicionais relacionadas à primeira menstruação como rezas, orientações alimentares e outros cuidados deixaram de ser realizadas.

Para além dessas questões, as autoras nos convidam a refletir sobre o que significa ser

mulher e sobre formas de estar no mundo, enfatizando a importância dos cuidados com o corpo feminino.

As autoras também argumentam que, mesmo as práticas ainda exercidas pelos povos indígenas, embora tenham sofrido alterações ao longo do tempo, requerem um resguardo adequado para que a mulher possa manter uma vida saudável. A falta de observância ou a quebra de determinadas regras pode acarretar malefícios para a vida daquelas que não seguiram corretamente os preceitos ou que transgrediram essas normas.

Portanto, os textos de Aurora (2019), Soares (2019), Riaño (2023) e Belaunde (2006) abordam as transformações nos corpos das mulheres e os cuidados necessários, ressaltando que tais transformações não envolvem apenas o corpo físico, mas também a mente e os sentidos. No que se refere às práticas, é importante destacar que suas configurações variam de acordo com cada lugar e povo; ainda assim, observa-se certa convergência em regras relacionadas a cuidados, resguardo e reclusão, uma vez que o sangue feminino exige atenção especial e está intrinsecamente ligado a aspectos cosmológicos

Trago essas discussões para refletir sobre como as mulheres indígenas são representadas nas produções escritas por mulheres indígenas e não indígenas, muitas vezes como figuras subordinadas, que requerem cuidados e que permanecem atreladas aos papéis cultural e historicamente atribuídos a elas — cuidar, preservar e ensinar.

Não se trata de afirmar que tais representações ou as mulheres nelas inseridas estejam equivocadas; ao contrário, elas revelam percepções historicamente construídas sobre o feminino indígena. Nesse sentido, é necessário ampliar a análise, incorporando a perspectiva das mulheres indígenas que atuam para além dos espaços domésticos, desempenhando papéis centrais em atividades de comercialização, produção agrícola, alimentação escolar, e na economia de suas comunidades e bairros.

O campo, a pesquisadora e as interlocutoras

Ao iniciar o processo de escrita deste trabalho, percebi que as mobilidades voltadas à comercialização sempre estiveram presentes em minha trajetória. Durante a infância, acompanhava tais práticas de forma naturalizada, como algo corriqueiro e aparentemente sem grande relevância, uma vez que minha mãe realizava essas circulações. Entretanto, hoje compreendo a centralidade dessas experiências e passo a reconhecer o papel fundamental que as mulheres, em especial as mulheres indígenas, desempenham nesse processo.

Quando criança, residia na comunidade indígena Kokama de Guanabara II, pertencente ao município de Benjamin Constant. À época, a comunidade abrigava entre 300 e 500 pessoas. Entre as famílias, minha mãe e minha tia destacavam-se por manterem uma taberna, na qual comercializavam diversos produtos oriundos da cidade, sobretudo industrializados. As mercadorias eram adquiridas principalmente na cidade colombiana de Leticia, uma vez que, naquele período, a moeda brasileira (real) apresentava maior valorização em relação ao peso colombiano, o que tornava financeiramente mais vantajosa a compra dos produtos no país vizinho.

Nessas circulações, pude acompanhar parte dos trajetos que minha mãe Maria realizava para a comercialização. Na maioria das vezes, ela levava produtos da roça para vender na cidade como limão, goma³ e macaxeira, entre outros que já não recorro com precisão. Quando conseguia vender toda a produção, utilizava o dinheiro obtido para adquirir mercadorias da cidade destinadas à revenda na comunidade. O dinheiro circulava, assim, em um movimento contínuo entre a roça e a cidade e a taberna.

Após abastecer a taberna, Maria também comprava itens de uso pessoal, tanto para ela quanto para nós, filhos e filhas. Naquele período, meu pai trabalhava como pescador e passava semanas fora de casa; portanto, a renda da taberna era fundamental para nossa manutenção diária.

³ Amido da mandioca ou macaxeira.

Pois era com ela que Maria adquiria outros alimentos, materiais pessoais e escolares, enquanto o dinheiro proveniente da pesca, quando meu pai retornava, era destinado à compra de outros itens, como roupas e equipamentos de pesca.

Nesse sentido, Zelizer (2003) argumenta que o gênero exerce influência decisiva sobre quem administra, com quem se compartilha e em quais contextos o dinheiro é gasto. Isso porque o dinheiro não é neutro, mas está imerso em dimensões morais e simbólicas. Assim, mesmo quando as mulheres dispõem de quantias mais elevadas, esse dinheiro pode ser socialmente desvalorizado, passando a “valer menos” em função das hierarquias de gênero que atravessam as relações econômicas.

Faço esta descrição para adentrar em um campo que até então me era novo. No entanto, percebo que foi justamente por meio da escrita que emergiram as lembranças das circulações realizadas por minha mãe no processo de comercialização. Ao recordar essas experiências, compreendi que as mulheres sempre estiveram presentes e tiveram participação ativa na economia doméstica. Ainda assim, nas produções acadêmicas sobre elas são frequentemente descritas como personagens secundárias, e não como protagonistas de suas próprias histórias. Na prática, entretanto, foram parte essencial⁴.

Minha familiaridade com as práticas de circulação e comercialização revela-se, assim, mais profunda do que eu mesma supunha. Após mais de vinte anos nesse universo que é ao mesmo tempo íntimo e complexo, escrever sobre essas mulheres é também revisitar minha infância, marcada pelos trajetos que percorri ao lado de minha mãe.

Trago este relato como forma de iniciar a descrição do cotidiano das mulheres que vivem na região e realizam os trajetos de comercialização, em especial das mulheres indígenas. Ao narrar essas experiências, busco evidenciar a relevância de suas práticas diárias, muitas vezes

⁴ Ver Sidnei Peres (2008) e Márcio Meira (2018).

invisibilizadas, mas que sustentam não apenas a economia familiar, como também a memória e cultura da comunidade.

Nesse sentido, a primeira interlocutora chama-se Conceição⁵, de 59 anos, que reside na comunidade Guanabara II, onde atua como merendeira na escola e mantém uma taberna. Além disso, dedica-se ao cultivo de hortaliças e verduras. Conceição mora com o esposo, mas vive cercada por filhos e netos que frequentam diariamente sua casa, garantindo auxílio constante na taberna quando ela se ocupa com outros afazeres.

Pela manhã, Conceição desempenha suas funções como merendeira; à tarde, cuida da taberna, que é bastante movimentada e, na época da conversa, era a única do tipo na comunidade. Paralelamente, administra a horta ao lado de sua residência, cuja produção muitas vezes supera o faturamento obtido com a taberna. Conceição foi uma das primeiras mulheres da comunidade a abrir um comércio local, vendendo diversos produtos agrícolas. Desde a juventude, ela já realizava essas circulações comerciais para vender e contribuir com a manutenção da família, comprando materiais escolares, roupas e calçados para os filhos. Assim, a mobilidade para fins de comercialização constitui uma prática de longa data em sua vida.

A loja de Conceição é diversificada, oferecendo uma ampla variedade de alimentos perecíveis e não perecíveis, tais como arroz, macarrão, óleo de cozinha, salgadinhos, frango, calabresa e enlatados, como conservas, salsicha, sardinha e atum, além do *dindin*⁶ que ela mesma prepara. Para comercialização na cidade, Conceição leva principalmente hortaliças como cebolinha, alface, coentro, tomates, couve e pimentões.

Conceição relata que há uma separação entre os diferentes fluxos de dinheiro obtidos por

⁵ Nome fictício a fim de preservar a identidade da interlocutora.

⁶ Conhecido na região da pesquisa como dindin ou curite porém, em outros lugares conhecem por sacolé, chup chup, geladinho. É uma bebida doce congelada, geralmente feita com suco de frutas regionais, leite ou sabores artificiais, e vendida em sacolas plásticas pequenas.

ela, embora não seja rígida nem calculada de forma milimétrica. Os recursos provenientes da taberna e da horta circulam entre si, permitindo suprir possíveis lacunas na compra de produtos para a manutenção de ambos os empreendimentos. Por outro lado, a remuneração obtida pelo trabalho como merendeira é destinada principalmente às compras de produtos de uso pessoal e familiar, embora também possa ser utilizada para lazer.

Marcia⁷, moradora da comunidade Esperança do Solimões comunidade que também ajudou a fundar trabalha com produtos agrícolas e comercializa, na própria comunidade, alguns poucos produtos industrializados. Aproximadamente 70 anos, continua ativa em sua roça, cultivando verduras, hortaliças, mandioca e produzindo farinha e outros produtos derivados dessa raiz.

Marcia relata que iniciou suas atividades de venda para tentar complementar o valor de sua aposentadoria e garantir alimentos que não eram produzidos na roça ao longo do mês. Seu marido, assim como o de Maria, saía para pescar durante semanas, o que exigia que ela assumisse maior responsabilidade na produção. Antes da aposentadoria, já havia adquirido experiência na circulação pelas cidades para vender produtos cultivados por ela e sua família; contudo, passou a levar produtos para vender na comunidade após se aposentar. Como a comunidade se encontra em área de várzea, o cultivo de plantas que exigem longos períodos para frutificar é limitado, restringindo-se principalmente ao cultivo de verduras, hortaliças, banana, mandioca e outras de rápido crescimento, além da criação de aves, como galinhas.

Como moradora da comunidade mais próxima à cidade de Benjamin Constant, em relação a outra interlocutora, Marcia tem a vantagem de se deslocar rapidamente para os municípios de Tabatinga, Santa Rosa e Islândia, realizando vendas e retornando em menor tempo do que, por exemplo, Conceição.

Em relação à organização de seus produtos para venda, Marcia utiliza os espaços de sua

⁷ Nome fictício a fim de preservar a identidade da interlocutora.

casa de forma compartilhada com as atividades familiares. Os produtos industrializados, como bolachas e salgadinhos, estão expostos na estante da sala de estar, ao lado da televisão; o sal e o arroz ficam na cozinha; e bebidas, como refrigerantes, são armazenadas na geladeira de uso familiar. Dessa forma, não há um espaço exclusivo destinado à comercialização, sendo necessário conciliar os usos doméstico e comercial em cada ambiente.

Contudo, isso não impede que Marcia continue realizando suas pequenas circulações comerciais, atividade que, como ela mesma afirma, serve para “ajudar” o marido na manutenção da casa. Apesar de residirem apenas ela, o marido e um neto, Marcia explica que precisa adquirir mantimentos para quando recebe visitas de filhos e netos que vivem na cidade.

Observa-se que, até o momento, Marcia não faz uma separação rígida entre o dinheiro obtido com a venda de produtos na comunidade e o valor de sua aposentadoria. Ambos podem ser utilizados conforme a necessidade, circulando entre si para suprir demandas distintas. Ou seja, quando ela vende seus produtos, parte do valor pode ser gasto imediatamente, e, quando recebe a aposentadoria, parte do recurso é direcionada à compra de novos produtos para manter a comercialização na comunidade. Dessa forma, o dinheiro da roça e das vendas complementam-se, sem uma preocupação estrita com a separação dos recursos, pois, segundo Marcia, *“tudo vai ser gasto do mesmo jeito”*; a principal preocupação é garantir recursos suficientes para atender às suas necessidades cotidianas.

Antes de apresentar a terceira interlocutora ou melhor minha mãe Maria, considero importante explicar o motivo pelo qual a trago nesta pesquisa. Ressalto que esta é a primeira vez que incluo familiares no estudo e também a primeira vez que me insiro no texto. Na infância, pude vivenciar algumas circulações comerciais ao seu lado, participando tanto das vendas na comunidade quanto na cidade. Desde que se mudou de sua comunidade, Maria não havia mais comercializado, pois o local em que residia anteriormente não permitia essas atividades. No entanto, ela voltou a

se engajar na comercialização justamente neste ano de 2025, quando retomei minha pesquisa de campo.

Maria tem 57 anos, é aposentada, mãe de oito filhos e casada. Migrou de sua comunidade para a cidade em busca de melhores oportunidades educacionais para os filhos. Nos primeiros anos, ainda em processo de adaptação à nova realidade, dividia seu tempo entre a comunidade e a cidade. No entanto, acontecimentos irreparáveis a fizeram romper de forma definitiva o vínculo com a comunidade embora um de seus filhos, meu irmão, tenha se tornado professor no local.

Maria, assim como muitas mulheres descritas em pesquisas de campo na Amazônia, precisou encontrar alternativas para se manter enquanto o pai de seus filhos passava semanas fora trabalhando⁸ neste caso, especificamente pescando. Ela encontrou na comercialização uma forma de movimentar o dinheiro proveniente de seus produtos agrícolas e da pesca do marido, garantindo que, durante a ausência do “provedor”, pudesse sustentar a casa e cuidar dos filhos. Essa dinâmica se manteve até sua saída definitiva da comunidade, em 2012.

A comercialização realizada por Maria na comunidade seguia um padrão similar ao de outros estabelecimentos familiares que funcionavam como tabernas. No seu caso, ela vendia exclusivamente produtos provenientes da cidade, uma vez que todos os moradores da comunidade eram agricultores e produziam seus próprios alimentos. Os produtos oferecidos eram variados, incluindo açúcar, café, arroz, óleo de cozinha, diferentes tipos de bebidas não alcoólicas, biscoitos, bolachas, pães, salgadinhos, balas, entre outros, sendo a maioria adquirida na cidade colombiana de Leticia, aproveitando a vantagem cambial na época em que a moeda brasileira estava valorizada em relação à moeda colombiana.

Já os produtos comercializados nas cidades incluíam beju⁹, farinha de tapioca, banana,

⁸ Ver Peres (2008).

⁹ Produto feito a partir da massa da mandioca.

farinha de mandioca, vassouras de cipó, goma de mandioca, limão, entre outros itens, provenientes da produção agrícola local.

Atualmente, já residindo na cidade, Maria não realiza os mesmos percursos de antes. Possui uma pequena taberna ao lado de sua residência uma construção planejada especificamente para a lojinha, conforme ela mesma relata, onde continua vendendo produtos provenientes de sua propriedade rural, bem como produtos industrializados. Embora não realize mais a circulação entre a comunidade e a cidade, mantém-se ativa na mobilidade relacionada à compra e venda de produtos agrícolas e industrializados. Durante os períodos em que mantém a taberna aberta, agora dedica-se a ensinar os netos em suas tarefas escolares, como fazia antes com os filhos.

Diferentemente de Marcia, Maria organiza cuidadosamente todas as transações de sua venda, controlando entradas, saídas, fiados e monitorando a porcentagem de lucro. Apesar de os ganhos não serem elevados, ela aprecia a atividade, que também constitui uma alternativa para reduzir o trabalho na roça, já que, devido a problemas de saúde, não consegue mais realizar tarefas pesadas como fazia anteriormente.

É importante esclarecer que, inicialmente, não havia a intenção de incluir minha mãe como interlocutora direta na pesquisa; o objetivo era apenas construir descrições a partir de memórias daquela época, algumas das quais poderiam ser representadas até mesmo como uma homenagem, não apenas a ela, mas a tantas outras mulheres, como Maria, que encontraram formas de sustentar a casa enquanto o marido estava ausente. No entanto, com seu retorno à comercialização, tornou-se imprescindível incluí-la como parte integrante das vozes representadas.

Observa-se que, nos casos de Marcia e Maria, para além do discurso voltado ao investimento e à circulação do dinheiro da aposentadoria para garantir suas necessidades básicas, a comercialização também constitui uma forma de ocupação e socialização. Ambas residem apenas com o esposo, que se ausenta durante o dia para trabalhar também, e a venda permite distraí-las e

interagir com outras pessoas que frequentam seus estabelecimentos.

No entanto, é importante destacar que os lucros obtidos por ambas são reduzidos, apesar da organização detalhada das contas de Maria e da não separação rigorosa do dinheiro de Marcia. Diferentemente, a taberna de Conceição configura-se como um negócio de maior lucratividade, permitindo maior autonomia financeira e circulação de recursos.

Portanto, para refletir sobre os cuidados adotados por essas mulheres, uma vez que, ao mencionarem os lugares por onde circulam, fica evidente que tais espaços não são escolhidos aleatoriamente. São locais considerados seguros, ainda que os motivos dessa percepção demandem investigação mais aprofundada. Entende-se que esses lugares seguros estão intimamente ligados às práticas de cuidado que elas adotam durante seus deslocamentos.

Percebi, a partir das falas de Conceição e Marcia, que os espaços por onde circulam não são escolhidos de forma aleatória. Trata-se de locais com maior fluxo de pessoas, como feiras, mercados e ruas próximas a esses centros comerciais, que lhes proporcionam segurança e a presença de outros pares com os quais se sentem familiarizadas.

Vender e comprar na fronteira

Das mulheres com quem conversei, duas são aposentadas e uma é funcionária pública municipal em sua respectiva comunidade. Vale ressaltar que, além de exercer sua função como servidora pública, essa mulher também trabalha na roça, cultivando principalmente verduras, legumes e frutas. As atividades agrícolas ocorrem em horários distintos do expediente público, pois geralmente, nos finais de semana, elas se deslocam à cidade para vender e comprar produtos.

Cabe destacar que, enquanto estão na escola ou na roça, um de seus parentes na maioria dos casos, um filho ou filha permanece na taberna para atender os clientes. É importante salientar ainda que as mulheres não frequentam a roça nem realizam os trajetos de comercialização nos três países

diariamente; tais deslocamentos ocorrem semanalmente, ou quando percebem a necessidade de reabastecer a taberna ou de vender com urgência os produtos colhidos na roça

Ao se deslocarem à cidade para a comercialização, caso o valor arrecadado tanto na taberna quanto na venda dos produtos da roça não seja suficiente para abastecer o pequeno estabelecimento, as mulheres podem negociar com os proprietários do comércio o pagamento na próxima compra. E assim fazem o dinheiro circular.

O que essas mulheres têm em comum são os trajetos que realizam para a comercialização compreendida aqui tanto como o ato de vender quanto de comprar. A maior parte das mercadorias adquiridas e comercializadas por elas circula entre os três países da região de fronteira. Os espaços correspondem a locais de intensa circulação de pessoas, como feiras, mercados e ruas próximas a esses centros comerciais, escolhidos estrategicamente para maximizar a movimentação de clientes e a eficiência das transações.

Para as mulheres residentes nas comunidades, a comercialização nos três países torna-se financeiramente viável devido à posse de motores e canoas próprias, o que reduz significativamente os custos de deslocamento, uma vez que os gastos com combustível são relativamente baixos em relação às passagens em lanchas.

Ressalto que nem sempre elas visitam os três países no mesmo dia. No caso da comercialização no município de Benjamin Constant, por exemplo, podem comprar e vender apenas em Benjamin Constant e na cidade vizinha Islândia (Peru). Já quando se deslocam para Tabatinga ou Letícia, é possível que realizem transações nos três países Letícia (Colômbia), Tabatinga (Brasil) e Santa Rosa (Peru) uma vez que esses locais são próximos entre si e financeiramente acessíveis para elas.

Portanto, a partir da narrativa, percebo que as mulheres indígenas sempre estiveram envolvidas nas circulações voltadas à comercialização. Acompanhar essas mulheres permite observar que o dinheiro fixo é destinado a fins pessoais, como a aquisição de eletrodomésticos,

eletroeletrônicos, móveis e passeios. Já a renda obtida com a venda de produtos agrícolas, no caso das mulheres residentes nas comunidades, é direcionada à aquisição de mercadorias para a taberna. O lucro da taberna, quando não reinvestido na compra de produtos para ampliar e diversificar o estoque, é utilizado também para o pagamento de contas de energia ou de outras pequenas dívidas, bem como a aquisição de roupas e calçados pessoais.

Os maridos das mulheres aqui citadas não possuem emprego formal registrado; atuam como pescadores, agricultores ou pedreiros. Nesse contexto, acredito que a maior parte da renda destinada à manutenção do lar provém das mulheres. No entanto, em pelo menos dois desses casos, elas próprias consideram como “ajuda” a contribuição masculina, mesmo sendo a renda feminina predominante.

Nesse sentido, Zelizer (2003) argumenta que cada dinheiro possui um valor específico para determinadas “coisas”, conferindo significados próprios a diferentes fontes de renda. Assim, o dinheiro da mulher adquire um significado particular, distinto do dinheiro do homem, pois os recursos não são percebidos como homogêneos e estão imbuídos de dimensões morais e sociais, nas quais frequentemente o dinheiro feminino é percebido como menos valorizado.

Neste mesmo contexto, Cavallero e Gago (2019) apontam que a dívida incide sobre as mulheres de maneira diferenciada, atuando com maior intensidade e violência sobre os corpos feminilizados, uma vez que o papel desempenhado por elas também gera valor. Embora as autoras tratem especificamente da dívida, trago este ponto para refletir sobre como essa discussão se entrelaça com o dinheiro. O dinheiro obtido por corpos feminilizados também produz valor, mas frequentemente um valor menor, carregado de significados morais que permeiam as relações familiares e sociais.

Dito isso, a partir das primeiras notas de campo, foi possível observar que as mulheres levam verduras, farinha e frutas para vender na cidade e, após a venda, adquirem produtos

industrializados para comercialização em suas comunidades. Percebe-se que elas levam seus produtos agrícolas para comercialização também no município colombiano de Letícia, além dos municípios brasileiros de Tabatinga e Benjamin Constant. Durante esse processo de compra e venda, dimensionam cuidadosamente como o dinheiro será utilizado: os recursos destinados ao consumo pessoal servem para suprir necessidades próprias, enquanto os valores investidos destinam-se ao abastecimento das tabernas.

Da comunidade para a cidade

Início este tópico destacando que, embora a cidade frequentemente se configure segundo normas que marginalizam ou desvalorizam práticas indígenas, a circulação dessas mulheres torna visível a presença e a relevância de sua atuação na comercialização. Nesse sentido, Motta, Correal e Coutinho (2024), no artigo ‘Alimentando a cidade e resistindo a ela’, ao se referirem às cidades amazônicas, especialmente à tríplice fronteira mencionada, afirmam que a tensão entre o ideal urbano e a prática cotidiana evidencia como elementos indígenas persistem nessas cidades, mesmo diante de projetos culturais hegemônicos que tendem a torná-los invisíveis

“Enquanto o projeto urbano, por muitos anos, promoveu um ideal cultural que exclui o indígena, a prática cotidiana da cidade revela persistentemente a presença indígena em sua existência. Tanto as histórias quanto a vida cotidiana dessas cidades estão profundamente marcadas pelo seu caráter indígena”. (Motta, Correal, Coutinho, 2024, p, 74; tradução livre da autora).

Ao levar produtos da roça para a cidade e, por vezes, trazer mercadorias industrializadas de volta para a comunidade, elas não apenas asseguram a subsistência familiar, mas também afirmam o caráter indígena presente na economia urbana, revelando que a vida cotidiana amazônica é atravessada por múltiplas dinâmicas culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, a circulação feminina funciona como um ponto de encontro entre cidade e comunidade, visibilizando a

persistência e a relevância das práticas indígenas na configuração urbana.

Considerando os produtos que as mulheres indígenas levam de suas comunidades para vender na cidade, é importante também destacar os trajetos percorridos e as condições que marcam esse deslocamento. Conceição, moradora da comunidade Guanabara II, relata que o percurso até a cidade de Benjamin Constant dura em torno de 40 minutos a 1 hora, enquanto o trajeto para Tabatinga, Leticia ou Santa Rosa pode levar até duas horas, a depender da potência do motor utilizado na canoa. Já Marcia, que vive mais próxima da sede municipal, leva entre 20 a 30 minutos para alcançar Benjamin Constant e cerca de 1h30 até Tabatinga e demais localidades vizinhas.

Por outro lado, Maria, residente na área urbana, apresenta um cotidiano distinto: por não depender da travessia fluvial, realiza seus deslocamentos principalmente em motocicleta, pedindo que mercadorias adquiridas em lojas da cidade sejam entregues em sua residência. Contudo, quando precisa buscar produtos cultivados em sua roça, localizada na zona rural de acesso terrestre, recorre a um transporte conhecido localmente como *carrocinha* um triciclo adaptado que se tornou comum na região.

Atualmente, tanto Conceição quanto Marcia comercializam na cidade uma ampla variedade de produtos agrícolas, entre os quais se destacam a farinha de mandioca, bananas, limão, cupuaçu, goiaba, pepino, alface, cebolinha, cheiro verde, feijão e melancia. Cabe ressaltar que alguns desses alimentos, como o feijão e a melancia, são cultivados de forma sazonal, especialmente durante a época da vazante, no segundo semestre do ano, quando o recuo das águas revela áreas de praia férteis para o plantio.

Já Maria, quando realizava o trajeto de sua comunidade até a cidade, transportava outros produtos, os quais descreve:

Eu fazia muita tapioca, tirava goma, fazia muita tapioca, duas baciada de tapioca, beju daqueles bem grandão tipo cascalho, eu fazia e levava duas bacias e a gente vendia, também a gente levava, farinha, levava banana, açaí, e também a gente vendia um monte de vassoura de 300 a 500 vassouras de cipó pra prefeitura, a

gente passava de mês fazendo, depois vinha só entregar na prefeitura. (Maria, 2025)

Ao ser indagada sobre os locais de comercialização de seus produtos, Maria relatou que o açaí era destinado à cidade de Tabatinga, as tapiocas eram levadas para Leticia, enquanto as vassouras de cipó eram vendidas, em grande parte, para a prefeitura de Benjamin Constant. Além disso, quando seu marido retornava da pescaria, ambos transportavam peixes para a chamada *bodega* na cidade de Leticia. Segundo ela, a *bodega* era o espaço onde os pescadores comercializavam grandes quantidades de peixe, sobretudo espécies de couro, que posteriormente abasteciam os mercados de Bogotá, na Colômbia.

Maria enfatiza a intensidade e diversidade desse trabalho ao afirmar: *“Assim era nossa vida no beiradão: trabalhava de tudo quanto é jeito pescava, na roça, fazia de tudo. A gente se virava para poder arranjar um pouco de dinheiro e trazer mercadoria de lá para vender na comunidade.”* A fala de Maria pode ser pensada como desconstrução da narrativa hegemônica que coloca as mulheres indígenas em posição secundária. Pois, aqui, ela mostra-se como protagonista ativa da circulação de mercadorias, da manutenção da economia familiar e também da inserção de sua comunidade nas redes comerciais fronteiriças ao mencionar onde vendia seus produtos.

Da cidade para a comunidade

Antes de citar os produtos comercializados por elas nas comunidades, é importante ressaltar que o trajeto de retorno é facilitado pois segue o fluxo do rio, o que reduz o tempo de deslocamento.

Com a venda de produtos agrícolas, elas podem reinvestir os recursos obtidos na aquisição de outros produtos para comercialização em suas comunidades, especialmente em suas tabernas, desta vez constituídos por itens industrializados.

Os produtos comumente vendidos pelas interlocutoras incluem arroz, macarrão, óleo

de soja, café, frango, linguiças, sal, salgadinhos, pirulitos e refrigerantes. Cabe destacar que a conservação de alimentos perecíveis, como frango, linguiças e refrigerantes, é possível devido à disponibilidade de energia elétrica proveniente dos municípios aos quais as comunidades estão vinculadas, evidenciando a importância da infraestrutura local na manutenção e circulação desses produtos.

Trago a fala de Maria, na qual ela descreve os produtos que levava para a comunidade e que atualmente comercializa em sua taberna: *“Eu levava açúcar, arroz, sabão, fósforo, pão, leite, refrigerante, bolachas, chitos, tudo necessário de casa, tu já sabe, tudo essas coisas que é necessário pra cozinha, mas tudo de fardo; bombons”*. Ao listar esses produtos, Maria evidencia que sua atividade não se restringia ao consumo familiar, mas envolvia também organização e planejamento, elementos essenciais para a circulação e comercialização dos itens em sua taberna.

Ao mencionar em sua fala expressões como “tu já sabe” e “coisas que é necessário pra cozinha”, subentende-se que, como mulher, eu deveria compreender as necessidades da cozinha, pois assim fui criada por ela. Ao mesmo tempo, entende-se que, por acompanhá-la, eu precisava conhecer os produtos que ela comprava e vendia; a expressão sugere, inclusive, um tom de leve reprovação, como se dissesse: “quer que eu fale coisas que tu já sabe?”.

Contudo, essa observação permite refletir também sobre quem eram seus clientes, ou melhor, suas principais clientes na comunidade: em grande parte, mulheres adquirindo produtos destinados ao cotidiano doméstico.

Algumas considerações

Ao longo da pesquisa, observei que essas mulheres comercializam tanto produtos alimentícios por elas produzidos, no caso daquelas que trabalham na roça, quanto produtos industrializados. Trata-se, portanto, de um movimento que vai da roça para a cidade e da cidade

para a comunidade. Para isso, elas transitam por diferentes localidades, escolhendo as cidades que lhes oferecem maior viabilidade financeira, mas também aquelas mais próximas de suas comunidades.

Adentrar minimamente nas realidades dessas mulheres permitiu identificar que os lugares por onde circulam não são escolhidos de forma aleatória, mas definidos a partir da viabilidade para compra e venda, bem como das relações estabelecidas. Esse processo também possibilitou compreender como elas se relacionam com diferentes fontes de renda: o dinheiro proveniente do salário fixo, o da venda nas tabernas e o obtido com a comercialização de produtos agrícolas. Cada uma dessas formas de ganho é planejada e aplicada de maneira distinta, revelando estratégia de como o dinheiro será ou não gasto.

Nesse sentido, a participação das mulheres indígenas no comércio fronteiriço não pode ser compreendida apenas sob a ótica da renda monetária, mas como parte de uma rede de relações sociais que organiza a vida cotidiana, sustenta a economia doméstica e reforça práticas de pertencimento e resistência.

Para tanto, embora as primeiras conversas tenham possibilitado uma aproximação inicial das práticas de circulação e comercialização realizadas por essas mulheres, elas revelaram mais indagações do que respostas. Tal constatação reforça a necessidade de um acompanhamento mais próximo e contínuo, capaz de trazer maior riqueza de dados e de aprofundar a compreensão sobre elas, o dinheiro e o comércio. Ainda que meu lugar de fala, como moradora da fronteira e mulher indígena, proporcione certa familiaridade com essas dinâmicas, reconheço que não é possível, neste momento, dimensionar plenamente a complexidade de suas experiências. Essa limitação, contudo, não enfraquece a análise, mas abre caminho para o desenvolvimento de investigações futuras, que certamente contribuirão para uma compreensão mais densa e situada da participação das mulheres indígenas no comércio fronteiriço.

Por fim, devo dizer que a escolha de relatar ou escrever sobre esses processos envolve decisões conscientes sobre quem narra, como e de que perspectiva se conta a história. Historicamente, a maior parte das pesquisas na Amazônia tem privilegiado a visão masculina. Neste, optei por descrever e narrar a partir da perspectiva das mulheres, pois seus conhecimentos e interpretações também merecem ser contadas. Meu papel foi e será na tese o de transcrever suas vozes, suas experiências e vivências, a forma como lidam com o dinheiro e, em especial, suas circulações para fins de comercialização.

Referências bibliográficas

- AURORA, B. A colonização sobre mulheres indígenas: Reflexões sobre cuidado com o corpo. *Revista Estudos em Relações Interethnica*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 109-115, 2019.
- BELAUNDE, L. E. A força dos pensamentos, o fedor do sangue. *Hematologia e gênero na Amazônia*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2006, V. 49 n. 1. P. 205-243.
- BONETTI, Alinne de Lima. Eu não sou feminista sou feminina! Relações de gênero e atuação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses. In. *Gênero, cultura e poder*. Org. Maria Azevedo Lisbôa e Sônia Weidner Maluf. Editora Mulheres. Florianópolis. SC. 2004.
- CAVALLERO, Luci; GAGO, Verônica. *Uma lectura feminista de la deuda: vivas, libres y desendeudadas nos queremos*. 1 ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundacioón Rosa Luxemburgo, 2019.
- GROSSI, Miriam. *Identidade de Gênero e Sexualidade*. *Antropologia em Primeira Mão*. n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010). http://www.miriamgrossi.cfih.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf.
- HUG-JONES, C. desde el rio de leche. *Procesos espacio-temporales en la Amazonia noroccidental*. Ediciones Universidad Central. Bogotá, D. C, Colômbia . 1 edición en español, 2011 [1979].
- IBARRA, Elizabeth Del Socorro Ruano; SOUZA, Liliana Vignoli De Salvo. *Mulheres Ticuna: Gênero e política na Amazônia*. *Amazôn., Rev. Antropol.* (Online) 8 (1): 90 - 117, 2016.
- JIRÓN, Paola; GOMÉZ, Javiera. *Interdependencia, cuidado y género desde las estrategias de movilidad en la ciudad de Santiago*. doi: 10.11606/0103-2070.ts.2018.142245. e – Santiago – Chile, 2018.
- KREUTZER, Saskia. “Una Mujer con dinero es peligrosa”: cuestiones de genero en el manejo del

dinero y la deuda a nivel familiar. In: Antropología dela deuda: crédito, ahorro, fiado y prestado en las finanzas cotidianas. (org) Magdalena Villarreal. 1 ed. México, 2004.

LASMAR, C. De volta ao lago de leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora UNESP-ISA/NUTI, 2005.

LASMAR, C. Mulheres indígenas: representações, Francheto, B (org). Dossiê Mulheres indígenas. Revista Estudos Feministas, V. 7, n, 1-2. Universidade Federal de Santa Catarina, CFH/CCE – Revista Estudos Feministas, 1999.

MEIRA, Márcio. Vozes restituídas: histórias e memórias indígenas do aviamento. In: A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2018, 479 p. ISBN: 978-65- 86768-43-5. <https://doi.org/10.7476/9786586768435>.

MEDEIROS, B. F; TELLES, V. D.S; ALLIS, T. Apresentação: Por uma teoria social on the move. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2. May-Aug. 2018.

MOTTA, Jorge Aponte; CORREAL, Allison Rojas; COUTINHO, Taciana de Carvalho. Alimentando la ciudad y resistiéndola: los pueblos indígenas en el complejo urbano transfronterizo entre Brasil, Colômbia y Perú en la Amazonía. Latin American And Caribbean Ethnic Studies 2024, VOL. 19, NO. 1, 69–92 disponível em: <https://doi.org/10.1080/17442222.2023.2230846>. Acesso em 20 de Agosto de 2025.

MULLER, Fernanda; SOUZA, Emilene Leite de. Etnografias em movimento: deslocar-se com as crianças pela cidade. CIVITAS - Revista de Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Civitas 23: 1-13, jan.-dez. 2023 e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Género, dinero y frontera amazónicas: la “prostitucion” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. Cadernos Pagu. São Paulo, 2017.

PERES, Sidnei. A economia moral do extrativismo no Rio Negro: aviamento, alteridade e relações interétnicas na Amazônia. 2008.

PERES, Euciane Aicate. Um olhar além da produção agrícola: trabalho e gênero na agricultura familiar, município de Benjamin Constant-Am. Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Agrárias e do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Benjamin Constant-Am, 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/8135/4/TCC_EucianePeres.pdf. Acesso em abril junho de 2025.

RIANO, Diana Rosas. “Aprender con el cuerpo: experiencias encarnadas de la fuerza de la yuca”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 3, e95281, 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Data e Maria Betânia Ávila. Disponível em: . Acessado em: 20 de maio de 2019.

SOARES, A. M. “Sangue menstrual na sociedade Karipuna no Amapá, Brasil”. Amazônica, Revista de Antropologia. (S.1) v. 11, n, 2, p, 413-434, dez, 2019.

ZELIZER, Viviana, A. O significado Social do dinheiro: “dinheiro especiais”: In: A nova sociologia econômica. (org) João Peixoto e Rafael Marques. Editora CELTA, Oeiras, 2003.